

Veículo: Jornal Vanguarda do Norte

Editoria: Economia

Tipo notícia: Artigo

Página: 07

Data de publicação: 16/05/2023

Origem da notícia: Iniciativa da mídia

Categorias: FIEAM | Suframa

Valoração: R\$ 267.335,00

FIEAM **SESI** **SENAI** **IEL**

“É preciso desmamar a Zona Franca de Manaus”

Nelson Azevedo Nelson é economista, empresário e presidente do Sindicato da Indústria Metalúrgica, Metalomecânica e de Mat. Elétricos de Manaus, Conselheiro do CIEAM e vice-presidente da FIEAM. "Instituições de idoneidade acadêmica ilibada como a Fundação Getúlio Vargas e a Universidade de São Paulo já mapearam, com rigorosas pesquisas, quem são os principais beneficiários do programa Zona Franca de Manaus: a Receita Federal e o contribuinte brasileiro." Faz bem pouco tempo ouvíamos aqui e ali esta cobrança difusa, porém insistente, nos bastidores do poder, onde uma avaliação não explicitada guardava propósitos mal disfarçados de implodir o programa Zona Franca de Manaus. Neste espaço, entretanto, e mais de uma vez, insistimos em colocar essa insinuação em pratos limpos, como se dizia antigamente. Qualquer iniciativa, proposta - ou projeto de relevância objetiva à luz do interesse público - requer avaliação, supõe críticas honestas e construtivas, questionamentos e ajustes. Ninguém pode ter medo de debate, a não ser aquele que tem algo a esconder. E estes devem ser tratados pela justiça ou polícia. Não somos juízes. Somos empreendedores Os dados de desempenho das empresas que integram as contrapartidas fiscais - e que aqui vieram por força de um convite do poder público - são coletados pela própria autoridade federal, incluindo o Tribunal de Contas da União, que nos reconhece como o único programa baseado em compensação fiscal que presta contas rigorosas da aplicação da Lei e seus resultados. Não nos importa se outros programas fazem ou porque não fazem essa mesma obrigação. Não somos juízes. Somos empreendedores, especialistas em gerar emprego e cumprir a Lei. Direito à informação Ora, se o Banco Mundial escreveu algo que não nos agradou por considerarmos um eventual engano, por que não interagir com o responsável e pedir esclarecimentos? Escreveu o quê, quais as premissas, critérios e fontes de informação? Isso pode e deve sempre ser esclarecido e as entidades de classe da ZFM estão (?) habilitadas a proceder nestas providências. Afinal, como signatário e contribuinte, o Brasil tem direito à informação e debate a qualquer tempo. Quem leu o Relatório? E aqui cabe uma pergunta intramuros - se é que isso existe em tempos de comunicação digital e inteligência artificial - que não pode calar. Quem leu atentamente o Relatório e seu adendos referente ao estado do Amazonas? Quem confirmar a façanha dirá que há mais elogios que questionamentos. E os questionamentos mais procedentes se referem a políticas públicas equivocadas de aproveitamento predatório dos recursos naturais e minerais. E se críticas alcançaram a rotina do setor produtivo, esta é a melhor parte pois nos permite - no debate transparente sobre erros e acertos - detalhar os gargalos e imposições que travam os resultados de que somos capazes de conquistar. É assim que funciona ou deveria. Compulsão fiscal Aqui poderíamos invocar dois exemplos: um deles foi a cobrança ilegal das taxas da Suframa, que atribuía ao setor privado o financiamento das atividades administrativas da autarquia. A Lei estava e ficou do

lado dos investidores. É bem verdade que a compulsão fiscal do erário inventou outras formas de taxação. E é exatamente essa compulsão que consegue recolher na região a maior parte dos recursos aqui gerados e que deveriam ser aplicados na região e não são. Por isso, essa paisagem socioeconômica deplorável que nos constrange a todos. Bioeconomia em caixa alta O outro exemplo tem sido a dificuldade em destravar a bioeconomia, a alternativa mais coerente da interiorização da economia e do desenvolvimento, a única maneira de reduzir a Manaus a tarefa de geração de ativos para a redução das desigualdades regionais. Manaus está inchada e o interior esvaziado em suas potencialidades de desenvolvimento sustentável. Qual o temor da União em promover a Bioeconomia em caixa alta? Por que travar por cinco anos a liberação do PPB da produção de medicamentos genéricos baseados na farmacopeia regional? Por que foi preciso aguardar 20 anos para liberar o CNPJ do CB, Centro de Biotecnologia da Amazônia? Quem são os beneficiários? Não é preciso desmamar a Zona Franca de Manaus, pois a estruturação e o funcionamento da ZFM são integralmente pagos pelas empresas. Ninguém aqui utiliza um centavo de recursos públicos. E o que é mais eloquente. Instituições de idoneidade acadêmica ilibada como a Fundação Getúlio Vargas e a Universidade de São Paulo já mapearam, com rigorosas pesquisas, quem são os principais beneficiários do programa Zona Franca de Manaus: a Receita Federal e o contribuinte brasileiro. As famílias de todo o país tem a oportunidade de adquirir produtos MADE in ZFM, de classe mundial, com assistência técnica e preços acessíveis. E o que é melhor: produzidos com transparência e alinhados no compromisso climático de proteção florestal e de serviços ambientais.



Impresso:

<https://amazonclip.s3.amazonaws.com/impressos/2023/05/17/Ny0xNy0wNS0yMDIzXzEwOjUw.png>